



## A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DAS PESSOAS TRANS: REFLEXÕES A PARTIR DE CINCO ENTREVISTAS PUBLICADAS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

## THE ACADEMIC TRAJECTORY OF TRANS PEOPLE: REFLECTIONS OF FIVE INTERVIEWS PUBLISHED IN SCIENTIFIC JOURNALS

**Letícia Gomes Alvarenga**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
Bolsista FAPERJ

E-mail: [leticia.galvarenga@hotmail.com](mailto:leticia.galvarenga@hotmail.com)

**Aline Costalonga Gama**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) - *Campus Vitória*

E-mail: [alinecga@yahoo.com.br](mailto:alinecga@yahoo.com.br)

**Shirlena Campos de Souza Amaral**

Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense(UFF); Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atuando nos Programas de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL) e Políticas Sociais (PPGPS)

E-mail: [shirlena@uenf.br](mailto:shirlena@uenf.br)

**Resumo** – A luta do movimento LGBTQIA+ por promoção de direitos que os incluam, e os oportunizem lugar de fala, vem sendo travada há anos, sendo

preciso pensar em formas que garantam sua permanência na Educação Básica, mediante uma educação para a diversidade, com uma equipe preparada para a identificação de demandas e proteção de direitos. Este trabalho busca problematizar a trajetória acadêmica das pessoas Trans tomando como aporte reflexivo cinco entrevistas publicadas em periódicos científicos, sendo essas um recorte do mapeamento bibliográfico elaborado nas seguintes bases indexadoras: Portal de Periódicos Capes, Scopus, *Web of Science* e *Google Scholar*. Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática de literatura, qualitativa, de natureza básica e exploratória. Na análise dos trabalhos, destacamos que a entrevistada Sara Wagner expõe as dificuldades e transfobia que sofreu para se formar e ocupar espaço profissional na área da educação, revelando também o preconceito presente nos espaços acadêmicos. Já a entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus aponta que as tentativas de impedimentos das cotas para pessoas Trans nas universidades públicas ocorrem porque há uma negação sistêmica da própria humanidade dessas pessoas. Monica Prates Conrado sinaliza que falta formação para os professores e que é necessário pensar em questões que envolvam a estrutura educacional, enquanto Paulo de Tássio cita as conquistas alcançadas, mas alerta que a sociedade ainda é muito LGBTfóbica, sendo que há muito o que se fazer. Destacamos nas entrevistas analisadas a percepção da interseccionalidade entre os distintos marcadores sociais e a necessidade da militância acadêmico-social. Concluimos que a trajetória acadêmica dos entrevistados reforça a necessidade da presença física dessas pessoas nas universidades, que é política e simbólica, vindo ao encontro do debate de gênero e diversidade na escola, como forma de construção de uma sociedade mais igualitária.

**Palavras-chave:** Pessoas Trans. Trajetória Acadêmica. Entrevistas.

**Abstract** – The struggle of LGBTQIA+ movement for the promotion of rights that include them, and opportucize them place of speech, has been fought for years, being necessary to think of ways that guarantee their permanence in basic education, through an education for diversity, with a team prepared for the identification of demands and protection of rights. This work seeks to problematize the academic trajectory of Trans people taking as a reflexive contribution five interviews published in scientific journals, being these a clipping of the bibliographic mapping elaborated in the following indexing bases: Portal of journals Capes, Scopus, Web of science and google scholar. This is a systematic literature review, qualitative, basic and exploratory. In the analisis of the works, we highlight that the interview Sara Wagner exposes the difficulties and transfobia she suffered to graduate and occupy professional space in the área of education, also revealing the prejudice present in acadamic spaces. In the other hand the interview with Jaqueline Gomes de Jesus points that the attempts of impediments of quotas for Trans people in public universities occur because there is a systemic denial of the very humanity of these people. Mônica Prates Conrado points out that teachers lack training and that it is necessary to think about issues that involve the educational system, while Paulo de Tássio cities the achievements achieved,

but warns that society is still very lgbthobic and there is much to do. It was highlighted in the interviews analyzed the perception of intersectionality between the different social markers and the need for academic trajectory of the interviewees reinforces the need for the physical presence of these people in universities, which is political and symbolic, coming to meet the debate of gender and diversity in school, as a way of building a more equality society.

**Key-words:** Trans people. Academic trajectory. Interviews.

## 1. Introdução

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem voltado sua atenção para as minorias marginalizadas, como negros, mulheres e pessoas com deficiência, visando reparar um histórico de discriminação que elas vêm suportando. Segundo Amaral (2019):

sabe-se que se constitui como típico na sociedade brasileira, desde a sua concepção, a existência de grupos que são excluídos em razão de não se enquadrarem no padrão socialmente construído, estereotipado como modelo de nação desenvolvida, o que implicou na formação de grupos ou elementos socialmente oprimidos, dentre estes, a exemplo, tem-se os negros e seus descendentes, os indígenas, os homossexuais, as mulheres e as pessoas com deficiências. (AMARAL, 2019, p. 104)

Nesse contexto, no âmbito educacional, políticas afirmativas são implementadas, visando a redução de preconceitos culturais e a promoção de igualdade de direitos, através do estabelecimento de cotas (AMARAL, 2019), vindo, em 2012, a ser aprovada a “Lei de Cotas” nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que traz em seu texto a reserva de 50% das vagas nas universidades e nos institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, dentre eles negros e indígenas. Sobre as Ações Afirmativas na Pós-graduação, em 2014, um avanço é a Lei Estadual nº 6.914/2014 (RIO DE JANEIRO, 2014), que prevê a reserva de vagas a nível de Pós-graduação nas universidades estaduais do Rio de Janeiro.

Outro progresso ocorre em 2016, quando o Ministério da Educação (MEC) publica a Portaria Normativa nº 13 (BRASIL, 2016) como forma de incentivo a implementação da Política de Ação Afirmativa nos cursos de Pós-graduação em âmbito federal. Contudo, apenas em 2017 começam a ser implementadas políticas públicas voltadas as minorias sexuais. Gestores de universidades públicas brasileiras, estabelecem em editais de alguns cursos de Pós-graduação, a reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis (VENTURINE; FERES JUNIOR, 2020).

Destacamos nesse debate a importância de compreendermos a diferença entre pessoas cisgênero e pessoas transexuais e travestis ou transgênero (Trans):

(...) Na sociedade moderna temos como fator estruturante o alinhamento entre sexo/gênero. Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento podem ser chamadas de cisgêneras ou apenas cis. As que ultrapassam esta fronteira normativa entre a determinação do gênero pela composição anatômica e o desejo podem ser chamadas de pessoas trans, e aqui esta categoria engloba as experiências das travestilidades, transexualidades e transgeneridades. Portanto, pessoas trans são aquelas que não se identificam parcial ou totalmente com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Segundo Rodovalho (2017), o termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez na década de 1990 por ativistas do movimento trans nos EUA, para demarcar o lugar de diferença de onde partem as experiências dos sujeitos. (SILVA; VAZ, 2020, p. 52)

A luta do movimento LGBT e movimento trans por promoção de direitos que os incluam, e os oportunizem lugar de fala, vem sendo travada há anos, sendo preciso pensar para além das cotas, pensar em formas que garantam sua permanência na Educação Básica, através de uma educação para a diversidade, com uma equipe preparada para estimular a identificação das demandas e proteção das pessoas nas escolas (CANTELLI *et al.*, 2019).

Como aponta York (2020), medidas públicas que atuem na diminuição/ eliminação do preconceito e das violências contra a população travesti e transexual, ampliando o acesso às políticas públicas de educação, ciência e tecnologia no Brasil, são urgentes. Não restam dúvidas de que as pessoas Trans fazem parte das minorias sexuais, sofrendo discriminação em todos os ambientes sociais, conforme já chancelado pelo Ministro Celso de Melo no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, na qual reconhece-se aos transgêneros, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à alteração de prenome e gênero diretamente no registro civil, motivo pelo qual se justifica e se faz importante o debate sobre suas trajetórias acadêmicas.

Dessa forma, este trabalho busca problematizar a trajetória acadêmica das pessoas Trans tomando como aporte reflexivo cinco entrevistas publicadas em periódicos científicos.

## 2. Fundamentação teórica

A promoção da equidade e respeito às identidades de gênero na escola, desde a Educação Básica, podem interferir no acesso, e permanência, de pessoas Trans na Educação Superior.

Em virtude da construção social e histórica do que é homem e do que é mulher, determinada a partir da matriz biológica feminino/masculino e de concepções morais e religiosas que estigmatizam as identidades de gênero que não correspondem à norma imposta, transexuais e travestis podem sofrer transfobia e ser excluídas/os de ambientes sociais por serem associadas/os ao pecado, à marginalidade e à patologia. Nesse contexto, a escola, como um espaço social historicamente instituído, carrega intrinsecamente determinações da sociedade que a estabelece. (LIMA, 2020, p. 71)

Sobre a terminologia pessoas Trans, Azevedo (2022) esclarece que Trans é um termo usado para definir pessoas que se identificam com um gênero diferente do que foi designado no momento de seu nascimento, de forma que sua identidade de gênero não coincide com o sexo biológico, sendo que o termo transexual é comumente associado a quem passa pelo processo de transição, seja ele hormonal ou cirúrgico, e, travesti, usado para se referir a quem teve o gênero masculino atribuído ao nascer, mas vive de acordo com uma construção do gênero feminino, a verdadeira identidade de gênero que expressa.

Para Jaqueline Gomes de Jesus,

(...) ao contrário do que se costuma pensar, o que determina a identidade de gênero transexual é a forma como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Em decorrência disso, muitas pessoas que hoje se reconhecem ou são taxadas como travestis seriam, em teoria, transexuais. (JESUS, 2012, p.16)

Sagrillo (2017) aponta que, embora haja um esforço, sobretudo por parte dos movimentos sociais, para a desconstrução imagética das travestis, na promoção de uma imagem socialmente aceita, são ainda muito fortes os traços que associam a identidade travesti a aspectos bastante negativos, sendo a prostituição o seu mais forte marcador social. Assim, a imagem da travesti permanece associada a uma figura com baixa escolaridade e baixa renda (LIMA, 2020).

Souza Junior (2011) problematiza essa questão destacando que, enquanto a identificação travesti está associada a prostituição, drogas, crimes e marginalidade, o

termo transexual tem se consolidado por se relacionar a uma ideia higienizada e de maior *status social*.

As violências subjetivas (além das objetivas) ocorrem em função das pessoas trans/travestis não serem referências humanas, nesta e em outras sociedades, assim como outros marcados socialmente não são (deficientes, negros albinos, Intersexos, etc.). (YORK, 2020, p. 21)

No tocante à exclusão estrutural, vivenciadas pelas pessoas transexuais e travestis, Jesus (2012) destaca que se constitui desde o acesso dificultado ou impedido à direitos e ao mercado de trabalho. O simples uso de banheiros se soma às ameaças, agressões e homicídios em razão dos estigmas sobre suas identidades de gênero (JESUS, 2012). Algumas políticas promulgadas no campo educacional, como as resoluções de nome social e cotas por exemplo, podem contribuir para o ingresso de transexuais e travestis que estão inseridas/os em segmentos sociais historicamente excluídos do direito à educação (LIMA, 2020).

Bento (2011), enfatiza que, nos casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador nomenclaturar a evasão, uma vez que, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Dessa forma, a trajetória escolar marcada por preconceitos e estigmas, desde a Educação Básica, pode não permitir o acesso de transsexuais e travestis à Educação Superior.

A partir do quadro que mostra o processo de retirada de trans da escola, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT – em 2013 e 2014, afirmava que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando que a chamada evasão ou produção de fracasso escolar atingia aproximadamente 73% dessa população já, no ensino básico. (YORK, 2020, p. 69-70)

Silva e Vaz (2020) destacam que o número de alunos Trans nas universidades caminhou de um cenário de ausência dessa população para um número pequeno, o que significa que ao menos uma parcela, mesmo que restrita, da população Trans brasileira, frequenta o Ensino Superior. Esse aumento “pode ser percebido no escopo da implantação de políticas de ações afirmativas que vêm sendo desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras, para os cursos de graduação” (SILVA; VAZ, 2020, p. 54).

Passos (2015) destaca que a implementação de Políticas de Ações Afirmativas nas instituições federais implica em uma mudança no perfil dos estudantes universitários, possibilitando um campo mais plural e diverso, mas não menos permeados por disputas e conflitos. Além das Políticas de Ações Afirmativas nos cursos de Graduação, em 2016 o Ministério da Educação publicou a Portaria Normativa nº 13/2016, de 11 de maio de 2016, dispondo sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-graduação, na qual estabelece que as instituições de ensino devem apresentar propostas sobre a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de Pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado). Apesar de não contemplar as minorias sexuais, é a partir de então que essa pauta passa a ingressar na agenda das universidades, no entendimento de que a presença desses sujeitos traz significativas contribuições para o campo educacional, por meio de novos temas de pesquisas, tensionamento de políticas internas e dinâmicas de uma instituição em grande medida elitista e sustentada em modelo meritocrático (SILVA; VAZ, 2020).

O ingresso de pessoas trans em algumas universidades brasileiras nas últimas décadas ampliou as discussões sobre acesso, permanência e cidadania dessa população, tocando no tema do reconhecimento e respeito à identidade de gênero no campo da educação. (SILVA; VAZ, 2020, p. 55)

Nessa perspectiva, Lima (2020) reforça que, embora o número de transexuais e travestis que concluem o período de escolaridade básica seja pequeno, a luta política pela conquista de direitos tem surtido efeito, e as universidades têm buscado se adequar ao compor novas ações institucionais. Venturini e Feres Júnior (2020), mostram que em janeiro de 2018 existiam 737 programas de Pós-graduação acadêmicos com algum tipo de Ação Afirmativa, entre os quais 63,9% aplicavam exclusivamente o sistema de cotas e reservavam vagas para grupos específicos.

Em 2002, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) foi a primeira instituição a estabelecer uma Política de Ação Afirmativa voltada para o ingresso de negros e indígenas nos cursos de Graduação e Pós-graduação. Somente a partir de 2012 é que mais propostas de Ação Afirmativa começaram a surgir nesse nível de ensino (VENTURINI, 2019). Sobre a reserva de vagas para pessoas Trans, em 2018, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS) destinaram vagas em seus programas de Pós-graduação. Em 2019, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), vanguardista na política de cotas, também adotou o sistema de cotas para essa população, na Graduação e na Pós-graduação.

A escola, como um espaço social historicamente instituído, carrega intrinsecamente determinações da sociedade que a estabelece, produzindo e reproduzindo diferenças, distinções e desigualdades por meio de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização que são reforçados a partir de um modelo referência a ser seguido (LIMA, 2020). Nessa perspectiva, Artes (2016) destaca que a Ação Afirmativa afeta diretamente as instituições e os programas de Pós-graduação, sendo que seus processos de admissão potencialmente determinam quem se tornará pesquisador e docente, espaço hoje ocupado por um grupo relativamente homogêneo em termos étnico-raciais, sociais e regionais.

Como aponta Venturini (2021), os programas de Pós-graduação que criaram Ações Afirmativas de forma autônoma têm como área predominante as Ciências Sociais, e essa preponderância parece estar relacionada à proximidade da área com os estudos da desigualdade, na qual, os entrevistados pela pesquisadora sugerem que a diversidade é fundamental para possibilitar novos problemas e abordagens metodológicas.

Nesse contexto, a adoção de reserva de vagas, além de contribuir no rompimento de barreiras enfrentadas pelas pessoas Trans no contexto de inserção social e educacional, tensiona de modo amplo o debate sobre gênero, sexualidade e interseccionalidade e propõe mudanças significativas na dinâmica das pesquisas acadêmicas, no contexto de pesquisar com, aflorando novos temas de pesquisa, socialmente e academicamente, relevantes e atuais.

### **3. Procedimentos metodológicos**

Buscando analisar as produções acadêmico-científicas que versam sobre a reserva de vagas para pessoas Trans na Pós-graduação *stricto sensu* e compreender a trajetória escolar dessa população, realizamos uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, exploratória quanto aos objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, por meio de revisão sistemática de literatura. A busca pelos trabalhos publicados sobre esse tema foi realizada em quatro bases indexadoras, a saber:

Portal de Periódicos Capes, *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*. A escolha dessas bases de dados ocorreu pelo quantitativo expressivo de trabalhos disponíveis. A consulta foi realizada em 01 de maio de 2022.

Na primeira base de pesquisa, o Portal de Periódicos Capes, como critério de seleção dos dados utilizamos como descritores a busca avançada, investigando qualquer campo que continha: cotas E “pessoas trans” E “pós-graduação”. Obtivemos 9 resultados que, após leitura do resumo, dois foram selecionados para análise. Nas bases *Scopus* e *Web of Science* não foram localizados trabalhos abordando o tema desta investigação.

Na quarta base de dados selecionada para busca, o *Google Scholar*, através do seguinte protocolo de pesquisa: "cotas" AND "Trans" AND "pós-graduação", pesquisando somente páginas em português, não incluindo apenas as citações e filtrando o intervalo de tempo entre 2014 e 2022, obtivemos aproximadamente 4.200 resultados. O filtro temporal inicial, 2014, foi escolhido tendo como referência o ano de publicação da Lei nº 6.914/2014 (RIO DE JANEIRO, 2014). Realizamos a análise dos trabalhos, através da leitura do título e, quando necessário, do resumo, selecionando os trabalhos relacionados à temática desta investigação. Destacamos que os trabalhos encontrados no Portal de Periódicos Capes também estavam no material coletado na base de dados do *Google Scholar*.

Após essa verificação e eliminação das pesquisas duplicadas, obtivemos 35 trabalhos que, com o auxílio do software Zotero, foram analisados. Neste artigo, apresentamos um recorte desse material, analisando cinco trabalhos que, na classificação do material selecionado foram classificados como entrevistas. Nas revistas científicas, a seção de Entrevistas, recebe transcrições de interlocuções realizadas com personalidades cuja contribuição seja relevante para o debate acadêmico-social.

As cinco publicações, referentes ao objeto deste estudo, estão apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1 - Organização dos dados dos artigos.**

Artigo	Ano	Título	Autor(es)
--------	-----	--------	-----------

E1	2017	Conversando sobre educação e gênero no contexto contemporâneo: contribuições para pensar a diferença. Entrevista com Mônica Prates Conrado.	Rafael Dantas Dias
E2	2019	Resistir Coletivamente, Trans-formar e Ocupar a Política: Entrevista com a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus	Bruna Andrade Irineu Thomas Cantaloupe
E3	2020	Entrevista com Sara York: A Travesti da/na educação. Entrevista sobre atuação e vida da professora Sara Wagner York.	Daniel Tojeira Cara Sara Wagner York
E4	2021	Juventudes, Universidade e a construção de uma agenda LGBTQIA+ no extremo sul baiano com o Coletivo Corphus: Uma entrevista com Paulo de Tássio	Ilrismar Oliveira dos Santos
E5	2021	Pedagogias em disputa: Denize Sepulveda entrevista Sara Wagner York	Sara Wagner York Denize Sepulveda

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Na sequência, analisamos os dados a partir das informações organizadas na Tabela 1, realizando entrelaces dessas publicações com o referencial teórico proposto para a pesquisa.

#### 4. Resultados alcançados

Na Tabela 2 organizamos os dados dos periódicos nos quais os artigos científicos foram publicados, apresentando o nome da revista, o ISSN (código internacional de publicações seriadas), a vinculação do periódico (programa de Pós-graduação e estado) e a classificação no Qualis Periódicos.

**Tabela 2 - Organização dos dados dos periódicos nos quais foram publicados os artigos.**

Artigo	Revista	ISSN	Programa	Estado	Qualis Capes
E1	Revista Café com Sociologia	2317-0352	Grupo de Pesquisa ConsCiência-Social do PPGS-UFAL.	Alagoas	B5
E2	Revista Brasileira de Estudos da Homocultura	2595-3206	Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) e, a partir de 2019, em parceria com o Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus/ICHS/UFMT) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre	Mato Grosso	-

as Relações de Gênero (NUEPOM)

<b>E3</b>	Educação	1984-6444	Centro de Educação - Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul	A1
<b>E4</b>	Abatirá- Revista de Ciências Humanas e Linguagens	2675-6781	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias do Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	Bahia	-
<b>E5</b>	Revista Interinstitucio- nal Artes de Educar	2359-6856	Programas de Pós-graduação em Educação das seguintes Instituições de Ensino Superior: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM-IE) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Rio de Janeiro	B4

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Na Tabela 2, ressaltamos que ao buscarmos o Qualis dos periódicos, um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de Pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos, utilizando as avaliações disponíveis na Plataforma Sucupira<sup>1</sup> das revistas consolidadas no Quadriênio 2013 – 2016, não encontramos a avaliação para duas revistas: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura e Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens. Na classificação de 2013 – 2016, os periódicos receberam classificações em estratos indicativos de qualidade A1, mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; e, C. As classificações apresentadas na Tabela 2 referem-se, todas, a área de avaliação como sendo a Educação.

Dos dados apresentados na Tabela 2, destacamos que a revista Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, é classificada como A1. O Qualis, como ferramenta que mensura a qualidade da produção intelectual dos periódicos, indiretamente evidencia o prestígio acadêmico dessa revista e corrobora com a notoriedade da publicação. Contudo, cabe enfatizar que todas as revistas científicas apresentadas adotam o processo de avaliação dos trabalhos enviados e, independentemente de qualquer classificação, sua principal função é contribuir, academicamente e socialmente, para a difusão do conhecimento.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://qualis.capes.gov.br/sucupira/>  
ISSN: 1679-9844 – Inter-Science Face – International Scientific Journal

Duas das entrevistas selecionadas têm Sara Wagner York<sup>2</sup> como autora e entrevistada: *Pedagogias em disputa: Denize Sepulveda entrevista Sara Wagner York* (YORK; SEPULVEDA, 2021) e *Entrevista com Sara York: A Travesti da/na educação. Entrevista sobre atuação e vida da professora Sara Wagner York* (CARA; YORK, 2020), sendo que nesta última Sara York é entrevistada por Daniel Tojeira Cara, jornalista e entrevistador do canal do YouTube *Jornalistas Livres*<sup>3</sup>, graduado em Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Destacamos que Sara Wagner York, ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior, em seu Currículo Lattes<sup>4</sup> apresenta-se como Travesti da/na Educação. É Mestre em Educação, possui duas especializações (Gênero e Sexualidades e Orientação Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar), dois aperfeiçoamentos, três graduações concluídas e uma em andamento. Em 2017, recebeu a Medalha ALUMNI da Universidade Estácio de Sá pela luta na implantação do nome social, nas plataformas educacionais da instituição e por atuar junto à comunidade carioca pela trans-inclusão. É professora mediadora na disciplina de Informática em Educação no curso de Pedagogia - Ensino a Distância na UERJ e doutoranda em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Nas entrevistas, Sara Wagner expõe as dificuldades e transfobia que sofreu para conseguir se formar e ocupar o espaço profissional na área da educação. Em um trecho de sua entrevista ao Daniel Tojeira conta sobre as perguntas revestidas de preconceitos que lhe eram feitas com frequência pelos alunos, como: “Ô Tia Sara, você é operada?” (CARA; YORK, 2020, p.10) e “Professora, você já colocou tal coisa” (CARA; YORK, 2020, p.11), momento em que começou a observar que essas perguntas não eram feitas aos outros professores.

Daí eu comecei a perceber que existia espaço para “alguns corpos ocuparem uma sala de aula e não tinha para outros”. Então, quem pensa em perguntar para o Daniel Cara do corpo dele? “E aí Daniel, você prótese?” Você faz isso? É... Você fez cirurgia, sei lá, hemorroida, né? Ninguém quer falar disso. Mas com esse corpo, como que é visto, digamos, “público”, que é o corpo Trans na Educação, ele não tem os registros de um corpo privado, porque parece que tudo que é do Daniel, tem o “íntimo”, tem o “privado” e tem o “público”. Então eu não posso fazer certas perguntas ao Daniel, porque subentendesse

---

<sup>2</sup> Em alguns documentos a pesquisadora é identificada como Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior reiterando o direito do uso do nome social por parte de pessoas Trans no Brasil

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCjwyfg7vfsScSPfzPyWkEUg>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9084306265158131>

que: “perai, isso é do campo da intimidade dele”, mas como é com a Professora Sara, aí não, a esculhambação é aberta e aí a gente pode fazer o que a gente pode. (CARA; YORK, 2020, p.11)

Nesse contexto, Sara York nos revela como começou a reverter a situação, ensinando aos alunos a partir das perguntas transfóbicas que a intimidade de nenhuma pessoa deve ser violada (CARA, YORK, 2020).

Em *Pedagogias em disputa: Denize Sepulveda entrevista Sara Wagner York* (YORK; SEPULVEDA, 2021), Sara conta como foi sua trajetória na escola, vivenciando a realidade de um ensino privado e público no ensino fundamental, sofrendo naquele todo processo de estigma e discriminação pautado na falta de legislação versando sobre as pessoas Trans, enquanto neste, havia o respeito por parte de alguns professores e/ou constrangimento de outros professores que não tinham preparo para lidar com a situação. Explana a entrevistada que nos processos educacionais sofreu violações absurdas, não encontrando acolhimento em casa.

Nesse ponto, é importante ressaltar que segundo o dossiê dos assassinatos e da violência contra os travestis e transexuais, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em 2020, estima-se que seja em torno dos 13 anos de idade que pessoas Trans sejam expulsas de suas casas, e que 72% das pessoas Trans não conseguem concluir o Ensino Médio, 56% não conseguem concluir o Ensino Fundamental e apenas 0,2% estão cursando a Graduação (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Nos espaços acadêmicos, a entrevistada Sara York revela que o preconceito também está presente, mas é materializado de uma forma mais sutil, o que acaba sendo pior:

A sutileza da porrada na universidade é pior, por que ela joga e julga todos como iguais, portadores de voz com potência de escuta e capazes. Os colegas cis-heteros-machos-não deficientes, sequer nos ouvem e quando o fazem agem como sendo algo do campo do alegórico; falam sobre equidade, diversidade e igualdade como se todas as mulheres presentes tivessem a mesma fluidez que seus próprios corpos. (YORK; SEPULVEDA, 2021, p. 1319)

Refletindo ainda sobre o espaço acadêmico, a entrevistada Jaqueline Gomes de Jesus (IRINEU; CANTALOUPE, 2019), uma mulher Trans, aponta que as

tentativas de impedimentos da implementação de cotas para pessoas Trans nas universidades públicas ocorrem porque há uma negação sistêmica da própria humanidade das pessoas Trans:

Minhas considerações, que já publiquei e enunciei em diferentes artigos, entrevistas e conferências, é de que a oposição a cotas para pessoas travestis e transexuais nas universidades se deve, em sua origem, à negação sistemática da própria humanidade das pessoas trans, de uma relação cisnormativa radical com esse grupo social ao nível da repulsa e do nojo, o qual, não podendo expor institucionalmente o seu ódio (por meio da aprovação pública do assassinato de pessoas trans, que no Brasil se configura como um genocídio, por objetivar o aniquilamento, e mais particularmente um feminicídio, dada a magnitude de sua violência de gênero contra as mulheres trans e travestis), expressa-se por uma desavergonhada oposição ao direito das pessoas trans a educação, desde a Educação Fundamental e o Ensino Médio, até o Superior. (IRINEU; CANTALOUPE, 2019, p.177)

A citada entrevistada ainda acrescenta, dizendo que as pessoas Trans são aceitas enquanto estão à margem da sociedade no mercado de trabalho, mas quando conseguem progredir na educação, não recebem o reconhecimento que merecem (IRINEU; CANTALOUPE, 2019).

Outra questão importante que observamos nas entrevistas analisadas diz respeito ao preparo dos professores, e demais profissionais dos ambientes educacionais, para lidar com as questões de gênero. A entrevistada no artigo *Conversando sobre educação e gênero no contexto contemporâneo: contribuições para pensar a diferença* (DIAS, 2017), Mônica Prates Conrado, que trabalha com questões de gênero e violência, relações raciais, juventudes, gênero e sexualidade, e é líder do Grupo NOSMULHERES, sinaliza que falta formação para os professores e professoras, sendo necessário pensar em questões que envolvam a estrutura educacional (DIAS, 2017).

Mônica Prates Conrado destaca ainda o vínculo entre sua trajetória acadêmica e os interesses que marcam sua referência identitária, referenciando a interseccionalidade e destacando os marcadores sociais da diferença, citando Lélia Gonzales como a pioneira, na década de 1980, no trabalho da temática interseccional do racismo e sexismo. Aponta que atualmente ainda há uma associação, reduzida e simplista, entre estudo de gênero e mulher (DIAS, 2017).

A citada entrevistada destaca a necessidade de estudarmos os clássicos para

que possamos compreender a formação do pensamento social brasileiro, como as ideias racistas estão naturalizadas e “de que modo os marcadores sociais da diferença vão sendo constitutivos ao complexificar mais o debate” (DIAS, 2017, p. 228).

Revela que em 2006 iniciou um projeto de pesquisa no Ministério da Educação (MEC) no qual trabalhava com professores preocupados com relações raciais, em pensar raça, racismo e sexualidade, e, em 2008, passou a integrar o projeto Gênero e diversidade na escola. Nesse contexto, aponta para o ativismo acadêmico, reforçando que a presença física das minorias no espaço acadêmico é uma presença política e simbólica dentro das universidades, uma vez que o sujeito tem seus próprios interesses, preocupações, marcadores sociais que se interseccionam e vão fazendo parte da sua pesquisa e o quê pesquisa. Esse apontamento ecoa com o de Jaqueline Gomes de Jesus que revela que sua trajetória como intelectual, pesquisadora e professora sempre esteve intrinsecamente vinculada ao seu fazer ativista (IRINEU; CANTALOUPE, 2019).

Mônica Conrado tonifica que surgem nas universidades demandas que forçam os grupos de pesquisa a trazerem a discussão da sexualidade para esse espaço, com maior propriedade. Nesse contexto, apresenta o grupo Orquídeas, formado por universitários e universitárias que são gays, lésbicas e transgêneros, no qual, a partir dos próprios sujeitos, as questões são trazidas, demandando pertencimento em todas as esferas educacionais.

No contexto dos movimentos LGBTQIA+ que surgem nas universidades, o entrevistado Paulo de Tássio, no trabalho: *Juventudes, Universidade e a construção de uma agenda LGBTQIA+ no extremo sul baiano com o Coletivo Corphus: Uma entrevista com Paulo de Tássio* (SANTOS, 2021), nos explica a formação e a atuação do Coletivo Popular Universitário de Gênero e Sexualidade *Corphus*. Paulo Tássio, que atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia, *Campus Paulo Freire*, conta que o Coletivo surgiu em 2009, em um cenário tímido, no qual não havia discussões acerca das questões de gênero e sexualidade dentro ou fora da Universidade. Nesse contexto, com o intuito de contribuir com as discussões sobre raça, etnicidade, gênero e sexualidade, incomodar e desestruturar posturas machistas, misóginas e LGBTQIA+fóbicas, dialogar sobre o velado e o não dito, surge o Coletivo (SANTOS, 2021).

O entrevistado nos alerta que, em âmbito nacional, desde então, algumas conquistas também foram alcançadas, destacando o casamento civil igualitário, a lei que permite a alteração do nome social pelas pessoas Trans e a implementação de cotas na Graduação e Pós-graduação para pessoas Trans. Contudo, reforça que a sociedade permanece LGBTfóbica, sendo ainda necessário os coletivos, pois há muito o que se fazer (SANTOS, 2021). No trabalho de Irineu e Cantaloupe (2017), também há o destaque para esses avanços historicamente mais recentes, como o reconhecimento dos direitos civis e políticos das mulheres e dos direitos fundamentais da população LGBTI.

Ressoando com o pensamento de Mônica Prates Conrado, especialmente no tocante ao ativismo acadêmico e nas buscas por referências identitárias, Paulo de Tássio aponta que:

(...) também estamos nesses espaços, muitos(as) de nós, do Corphus, estamos nas Universidades e continuamos com o debate nos componentes curriculares que ministramos, em nossos projetos de pesquisa e extensão. Hoje, temos componentes curriculares obrigatórios que tratam das questões de gêneros e sexualidades. (SANTOS, 2021, p. 498)

Nas aproximações entre as cinco entrevistas analisadas, destacamos que os entrevistados possuem experiência como ativistas, são estudiosos de gênero e reforçam o debate interseccional. Os quatro entrevistados são professores universitários e sujeitos políticos que apontam para a indissociabilidade entre o ativismo e a academia.

Vale ressaltar que Jaqueline Gomes de Jesus assinala as frestas, os furos praticamente heroicos em muros, que as pessoas Trans estão promovendo no acesso à educação em nosso país (IRINEU; CANTALOUPE, 2019). Contudo, denuncia que essas pessoas são “continuamente testadas, muito pouco reconhecidas pelos ‘pares’, não são publicadas e lidas como mereceriam (IRINEU; CANTALOUPE, 2019, p. 177). Assim, endossa que a falta de representatividade é um problema pois “somos tidas como assuntos interessantes, mas não como sujeitos capazes de analisar a nossa própria realidade e a das demais pessoas” (IRINEU; CANTALOUPE, 2019, p. 177).

Outro grande destaque feito pela entrevistada refere-se ao impacto do atual momento de ofensiva antigênero as pesquisadoras e pesquisadores feministas e

LGBTI nas instituições públicas federais, apontando:

(...) Nós, que protagonizamos uma educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente compromissada, somos um obstáculo para o avanço das crenças e ideologias fomentadas por essa ofensiva antigênero, que congregou também os fascismos e militarismos, alinhados com o avanço do neoliberalismo, enquanto promotor de individualismo em oposição à interdependência entre as pessoas, e com isso fomentando tanto adoecimento. Precisamos resistir, com uma esperança militante e coletiva. (IRINEU; CANTALOUPE, 2019, p. 176)

Sobre o debate acerca da evasão escolar ocasionada pela violência de gênero e o preconceito, nas falas de Sara Wagner York e Mônica Prates Conrado destacamos que pessoas Trans são potencialmente expulsas da escola, numa ideia esvaziada de evasão. Como solução, decorre a formação dos professores e de representatividade, com estratégias “construídas a partir da sensibilidade que é sempre provocada com o ativismo político com uma formação contínua” (DIAS, 2017, p. 231). Há uma visão enraizada na qual determinados corpos estão aptos para determinadas funções e outros não. A invisibilidade do estudante Trans, que não pode esperar, que precisa se profissionalizar, demanda ativismo político.

Uma educação ou sistema educacional que não vincula a dinâmica das relações sociais ali presentes, os quais são marcados por todas essas discriminações, preconceitos aos quais essas pessoas são submetidas, esvazia as potencialidades e criatividade desses sujeitos. (DIAS, 2017, p. 230)

Acerca das cotas para pessoas Trans na Pós-graduação *stricto sensu*,

(...) é uma estratégia de balancear para minorar, ao longo do tempo não muito longo, as injustiças. (...) De toda forma, é isso que devemos ter, espaço de (re)construção de conceitos e novas sociabilidades e, isso é começar a dar visibilidade e empoderamento, porque essa presença física, que é uma presença simbólica e política, faz com que o sujeito possa enxergar e ver a possibilidade de estar lá, que outras mais se vejam e possam dizer que também podem estar lá. (DIAS, 2017, p. 231-232)

Dessa forma, percebemos que todos os entrevistados, pessoas com histórico de discriminação e membros das denominadas minorias, demarcam sua presença na academia, como pesquisadores, como espaço de luta, imprimindo suas marcas neste mundo, no pensar e fazer uma escola, desde a Educação Básica, múltipla e representativa. No entendimento que o corpo feminino, mas não apenas esse, todos os corpos atípicos ao sistema, é subalternizado e diminuído, a empatia dos aliados

que caminham juntos no combate ao machismo, a homofobia, ao capacitismo e todas as demais formas de opressão é fundamental para que possamos avançar para uma sociedade mais representativa e igualitária.

## 5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo problematizar a trajetória acadêmica das pessoas Trans tomando como aporte reflexivo cinco entrevistas publicadas em periódicos científicos. A partir do mapeamento bibliográfico elaborado nas bases científicas: Portal de Periódicos Capes, *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, buscando textos que citavam a reserva de vagas para pessoas Trans na Pós-graduação *stricto sensu*, obtivemos as Entrevistas, publicadas em periódicos com revisão por pares, que foram analisadas neste trabalho.

Constatamos que o tema abordado, apesar de recente, é abrangente e, embora avanços tenham ocorrido, há ainda uma grande expulsão, por meio de violência física e/ou simbólica, das pessoas Trans da escola. Os relatos das quatro pessoas entrevistadas destacam o não-lugar de determinados corpos, a luta constante por visibilidade, na consideração de sua cidadania, no direito à educação e no reconhecimento de sua identidade. Percebemos que mesmo estando em um local privilegiado de debate, nas universidades, os entrevistados mostram como há ainda nesse espaço um ambiente hostil para determinados corpos.

Conclui-se, a partir dos relatos dos entrevistados, a necessidade de inclusão e manutenção das minorias sexuais na educação, devendo haver um ambiente educacional com profissionais preparados para lidar com as diferentes demandas deste grupo, sendo necessário também a fomentação de debates sobre o tema na academia, buscando pensar em formas de implementação de Ações Afirmativas, no intuito de se formar uma sociedade mais igualitária.

## Referências

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Ações Afirmativas na Educação: promoção de Direito e Justiça. In: COSTA, Caetano Ernesto da Fonseca; GUIMARÃES, Décio Nascimento (Eds.), *Direitos Humanos e Educação: diálogos interdisciplinares*, 1. ed. Campo dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019, p. 104–113.

ARTES, Amélia. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. (Eds.). *Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. p. 19-59. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2016.

AZEVEDO, Roanna. *O que é ser uma pessoa trans?* Hypheness. Disponível em: <https://www.hypheness.com.br/2022/01/o-que-e-ser-uma-pessoa-trans/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BENEVIDES, Bruna G. ; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.136p.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. . Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016*. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-graduação, e dá outras providências. Publicação no DOU n.º 90, de 12.05.2016, Seção 1, página 47. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CANTELLI, Andréia Lais; PEREIRA, Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas Lopes; NOGUEIRA, Sayonara N. B. *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação. 2019. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-fronteiras-da-educacao%3Da-realidade-dxs-estudantes-trans.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-fronteiras-da-educacao%3Da-realidade-dxs-estudantes-trans.pdf). Acesso em: 18 jul. 2022.

CARA, Daniel Tojeira; YORK, Sara Wagner. Entrevista com Sara York: A Travesti da/na educação. Entrevista sobre atuação e vida da professora Sara Wagner York. *Educação (UFSM)*, v. 45, n. 1, p. 110-1–35, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644458266>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DIAS, Rafael Dantas. Conversando sobre educação e gênero no contexto contemporâneo: contribuições para pensar a diferença. Entrevista com Mônica

- Prates Conrado. *Revista Café com Sociologia*, v. 6, n. 1, p. 225–234, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/858>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- IRINEU, Bruna Andrade; CANTALOUPE, Thomas. Resistir Coletivamente, Transformar e Ocupar a Política: Entrevista com a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 7, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10115>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas intersexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8A-NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], v. 1, n. 77, p. 70-87, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178743>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698134242>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 6.914 de 06 de novembro de 2014*. Dispõe sobre sistema de ingresso nos cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/150318978/lei-6914-14-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- SAGRILLO, Daniel Duarte. *Jovens transgêneros: percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho*. 2017. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- SANTOS, Ilrismar Oliveira dos. Juventudes, Universidade e a construção de uma agenda LGBTQIA+ no extremo sul baiano com o Coletivo Corphus : Uma entrevista com Paulo de Tássio. *Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, v. 2, n. 3, p. 489–499, 2021. Disponível em: <https://itacarezinho.uneb.br/index.php/abatira/article/view/12318>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. *Políticas Educativas – PolEd*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/107363>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOUZA JUNIOR, Samuel Luiz de. *Direitos sexuais e políticas públicas: o combate à discriminação para a concretização dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no estado do Pará*. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, 2011.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa em programas de pós-graduação no Brasil: padrões de mudança institucional. *Revista de Administração Pública*, v. 55, p. 1250–1270, 2021.

VENTURINI, Anna Carolina. *Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão* (Tese de Doutorado). 2019. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, p. 882–909, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147491>. Acesso em: 18 jul. 2022.

YORK, Sara Wagner; SEPULVEDA, Denize. Pedagogias em disputa: Denize Sepulveda entrevista Sara Wagner York. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 7, n. 2, p. 1313–1332, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/63471>. Acesso em: 18 jul. 2022.

YORK, Sara Wagner. *TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação*. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.